

COVID-19

PRINCIPAIS MEDIDAS TRIBUTÁRIAS, TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS



DOMINGUES E PINHO
CONTADORES

Atualizado em
24/07/2020

Apresentação

Com o objetivo de mantê-los sempre bem informados, apresentamos as alterações e medidas mais relevantes publicadas até o momento, em função da pandemia do coronavírus.

Por meio de uma linguagem clara e objetiva, a publicação traz um resumo das principais medidas tributárias, trabalhistas e previdenciárias, no âmbito federal, dispostas em uma linha do tempo, conforme a data de publicação no Diário Oficial da União.

Em determinados assuntos, disponibilizamos links para os artigos publicados no nosso site, com aprofundamento das questões.

Colocamos nosso conhecimento e experiência à disposição para auxiliá-los no que for necessário para superação dos desafios impostos pelo momento.



DOMINGUES E PINHO
CONTADORES

COVID-19
PRINCIPAIS MEDIDAS
TRIBUTÁRIAS, TRABALHISTAS
E PREVIDENCIÁRIAS

JULHO



DOMINGUES E PINHO
CONTADORES

JULHO

 Medida Tributária Medida Trabalhista e
Previdenciária

Data de publicação no Diário Oficial da União

14/07

 **Fazenda Nacional - Prova de Regularidade Fiscal** [Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.178](#) – Prorroga por 30 dias, a validade das seguintes certidões, válidas em 14/07/2020, em decorrência da pandemia da doença provocada pelo Coronavírus (Covid-19):

- a) Certidões Negativas de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND); e
- b) Certidões Positivas com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CPEND).

No mais, ficam mantidas as demais disposições da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751/2014, que dispõe sobre a prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional.

 **Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda - Prorrogação de Prazo para Celebração de Acordo de Redução Proporcional de Jornada e Salário e Suspensão Temporária do Contrato de Trabalho**

[Decreto nº 10.422](#) - Prorroga os prazos para celebrar os acordos de redução proporcional de jornada e de salário e de suspensão temporária do contrato de trabalho e para efetuar o pagamento dos benefícios emergenciais de que trata a Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020.

[Leia artigo no nosso site](#) **SEPRT - Rescisão sem Justa Causa**

[Portaria SEPRT nº 16.655](#) - Disciplina hipótese de recontração nos casos de rescisão sem justa causa, durante o estado de calamidade pública de que trata o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

Segundo a norma, não se presumirá fraudulenta a rescisão de contrato de trabalho sem justa causa seguida de recontração dentro dos noventa dias subsequentes à data em que formalmente a rescisão se operou, desde que mantidos os mesmos termos do contrato rescindido.

JULHO

 Medida Tributária Medida Trabalhista e
Previdenciária

Data de publicação no Diário Oficial da União

07/07

 **Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda**

[Lei nº 14.020](#) – Resultante da conversão (com emendas) da Medida Provisória (MP) nº 936/2020, dispõe, entre outras providências, sobre o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, que instituiu:

- o pagamento do benefício emergencial (BEM);
- a redução de jornada de trabalho/salário; e
- a suspensão do contrato de trabalho.

A lei alterou algumas disposições da citada MP relativos ao tipo de documento (acordo individual, acordo coletivo ou convenção coletiva) para a definição, entre empregado e empregador, da suspensão contratual ou da redução de jornada/salário.

[Leia artigo no nosso site](#)

03/07

 **PGF - Medidas Temporárias de Prevenção**

 [Portaria PGF nº 325](#) - Prorroga pelo período de 60 dias, contados a partir de 01/04/2020, o prazo estabelecido no artigo 1º da Portaria PGFN Nº 158/2020, que suspendeu, por 90 dias, as seguintes medidas de cobrança administrativa dos créditos das autarquias e fundações públicas federais:

- remessa de correspondência ao devedor para tentativa de conciliação;
- apresentação a protesto de certidões de dívida ativa.

02/07

 **Incentivos Fiscais – Zona Franca de Manaus**

Portaria SUFRAMA nº 445 - Regulamenta os procedimentos a serem observados pelas empresas com projetos industriais que usufruem dos incentivos fiscais da ZONA FRANCA DE MANAUS em razão das medidas de prevenção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) no âmbito da SUFRAMA

JULHO

MT Medida Tributária

MTP Medida Trabalhista e
Previdenciária

Data de publicação no Diário Oficial da União

01/07

MT PGFN - Medidas Temporárias de Prevenção ao Contágio pelo Novo Coronavírus

MTP [Portaria PGFN nº 15.413](#) - Altera a Portaria PGFN nº 7.821/2020, para prorrogar a suspensão temporária de medidas de cobrança administrativa da dívida ativa da União, e a Portaria PGFN nº 9.924/2020, para prorrogar o prazo de adesão à transação extraordinária até 31/07/2020 (anteriormente o prazo era até 30/06/2020), em função dos efeitos da pandemia causada pela COVID-19 na capacidade de geração de resultado dos devedores inscritos em DAU.

MTP Auxílio Emergencial

MTP [Decreto nº 10.412](#) - Altera o Decreto nº 10.316/2020, que regulamenta a Lei nº 13.982/2020, que estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da Covid-19, determinando que fica prorrogado o auxílio emergencial pelo período complementar de 2 meses, na hipótese de requerimento realizado até 02/07/2020, desde que o requerente seja considerado elegível.

MT SISCOSEV - Suspensão de Prazo

MT [Portaria Conjunta SECINT/RFB nº 25](#) - Suspende, pelo período de 01/07 a 31/12/2020, os prazos para prestação de informações relativas às transações entre residentes ou domiciliados no País e residentes ou domiciliados no exterior que compreendam serviços, intangíveis e outras operações que produzam variações no patrimônio das pessoas físicas, das pessoas jurídicas ou dos entes despersonalizados (Siscoserv), previstos no art. 3º da Portaria MDIC nº 113/2012, e no art. 6º da Portaria Conjunta RFB/SCS nº 1.908/2012.

[Leia artigo no nosso site](#)

JUNHO



COVID-19
PRINCIPAIS MEDIDAS
TRIBUTÁRIAS, TRABALHISTAS
E PREVIDENCIÁRIAS

JUNHO



DOMINGUES E PINHO
CONTADORES

JUNHO

MT Medida Tributária

MTP Medida Trabalhista e
Previdenciária

Data de publicação no Diário Oficial da União

30/06

MT **Cadastro de Pessoas Físicas – CPF**

[Instrução Normativa RFB nº 1.961](#) - Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.548/2015, que dispõe sobre o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), para estabelecer que em decorrência da pandemia da doença provocada pelo coronavírus identificado em 2019 (Covid-19), os atos cadastrais relacionados a seguir, praticados durante o período de 20/03 a 31/07/2020 (anteriormente previsto para encerrar em 30/06/2020), podem ser efetivados, de ofício, pela Administração Tributária e cientificados ao interessado, quando cabível, por meio do "Comprovante de Situação Cadastral":

- a) inscrição da pessoa física;
- b) alteração de dados cadastrais;
- c) indicação de pendência de regularização;
- d) suspensão da inscrição;
- e) regularização da situação cadastral;
- f) cancelamento da inscrição.

MTP **Benefício de Prestação Continuada - BPC**

[Portaria MDC nº 427](#) - Posterga em 60 dias, a contar do fim do prazo estabelecido pela Portaria MC nº 330/2020 de 120 dias (17/07/2020), para a retomada do cronograma, o qual estabelece que:

- a) os favorecidos do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) terão este benefício suspenso caso não realizem a inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) no prazo previsto na legislação;
- b) a suspensão dos benefícios seria realizada em 12 lotes (sendo atingidos pela prorrogação somente do 9º ao 12º lotes), de acordo com o mês de aniversário dos beneficiários.

JUNHO

MT Medida Tributária

MTP Medida Trabalhista e
Previdenciária

Data de publicação no Diário Oficial da União

30/06

MT Dispensa de Documentos com Firma Reconhecida para Solicitação de Serviços

MTP [Instrução Normativa RFB nº 1.962](#) - Suspende até 31/07/2020 (antes a suspensão estava prevista para até 29/05/2020), a eficácia do art. 3º da Portaria RFB nº 2.860/2017, e do art. 35 da Instrução Normativa RFB nº 1.548/2015, relativas ao atendimento da RFB, em decorrência da emergência de saúde pública acarretada pelo Coronavírus (COVID-19).

Nesse sentido, serão aceitos documentos em cópia simples ou cópia eletrônica, obtida por meio de digitalização, para requisição de serviços perante o atendimento da RFB no prazo anteriormente mencionado.

MTP RFB - Atendimento Presencial

MT [Portaria RFB nº 1.087](#) - Altera a Portaria RFB nº 543/2020, que estabelece, em caráter temporário, regras para o atendimento presencial nas unidades de atendimento, e suspende o prazo para prática de atos processuais e os procedimentos administrativos que especifica, no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), como medida de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (Covid-19).

Dentre as alterações, destacamos que o atendimento presencial nas unidades de atendimento da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) ficará restrito, até 31/07/2020 (anteriormente, o atendimento presencial estava restrito até 30/06/2020), mediante agendamento prévio obrigatório, aos serviços descritos na norma.

JUNHO

 Medida Tributária Medida Trabalhista e
Previdenciária

Data de publicação no Diário Oficial da União

23/06

 MTP

Benefício de Prestação Continuada e Benefício de Auxílio-doença
[Portaria DIRBEN/INSS nº 480](#) - Orienta sobre pagamentos e demais ações decorrentes no âmbito das antecipações para os requerentes do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do benefício de Auxílio-doença, estabelecidas pela Lei nº 13.982/2020, excepcionalidades adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da Covid-19.

22/06

 MTP

SEPRT - Recurso de Embargo e Interdição em Atividades Essenciais
[Portaria SEPRT nº 14.782](#) - Disciplinou os procedimentos relativos à interposição de recurso administrativo em face de embargo e interdição em atividades essenciais, assim consideradas aquelas definidas no Decreto nº 10.282/2020, durante o enfrentamento do estado de calamidade decorrente do Coronavírus (Covid-19).

19/06

 MTP**Prevenção, Controle e Mitigação da Transmissão**

[Portaria MS nº 1.565](#)- Estabelece orientações gerais visando à prevenção, ao controle e à mitigação da transmissão da Covid-19, e à promoção da saúde física e mental da população brasileira, de forma a contribuir com as ações para a retomada segura das atividades e o convívio social seguro, na esfera local.

 MTP**Medidas para Prevenção, Controle e Mitigação dos Riscos de Transmissão nos Ambientes de Trabalho**

[Portaria Conjunta SEPRT/MS nº 20](#) - Estabelece as medidas a serem observadas visando à prevenção, controle e mitigação dos riscos de transmissão da COVID-19 nos ambientes de trabalho (orientações gerais).

JUNHO

 Medida Tributária Medida Trabalhista e
Previdenciária

Data de publicação no Diário Oficial da União

18/06

 MTP**INSS - Medidas Protetivas**

[Portaria INSS nº 680](#) - Prorroga, por mais 60 dias, as interrupções das rotinas de atualização e manutenção de benefícios administrados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), de que trata a Portaria INSS nº 373/2020, em decorrência da permanência do estado de emergência pública, resultante da pandemia do coronavírus (COVID 19), podendo ocorrer nova prorrogação enquanto perdurar a situação.

 MT**Regime Aduaneiro Especial de Entrepasto Industrial** MTP

[Instrução Normativa RFB nº 1.960](#) - Estabelece medidas para redução dos impactos econômicos decorrentes da doença causada pelo Coronavírus identificado em 2019 (Covid-19) com relação aos beneficiários do Regime Aduaneiro Especial de Entrepasto Industrial (Recof) e do Regime Aduaneiro Especial de Entrepasto Industrial sob Controle Informatizado do Sistema Público de Escrituração Digital (Recof - Sped).

17/06

 MT**Prorrogação de Prazo para Recolhimento de Tributos Federais** MTP

[Portaria ME nº 245](#) - Prorroga o prazo para o recolhimento de tributos federais (Contribuição Previdenciária, PIS e Cofins), na situação que especifica em decorrência da pandemia relacionada ao Coronavírus.

[Leia artigo no nosso site](#) MT**Transação Excepcional na Cobrança da Dívida Ativa da União** MTP

[Portaria PGFN nº 14.402](#) - Estabelece as condições para transação excepcional na cobrança da dívida ativa da União, em função dos efeitos da pandemia causada pelo Coronavírus (COVID-19) na perspectiva de recebimento de créditos inscritos.

JUNHO

MT Medida Tributária

MTP Medida Trabalhista e
Previdenciária

Data de publicação no Diário Oficial da União

12/06

MT

Regime Jurídico Emergencial e Transitório das Relações Jurídicas de Direito Privado na Pandemia – RJET

[Lei nº 14.010](#) Resultante da aprovação do Projeto de Lei nº 1.179/2020, dispõe sobre o Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado (RJET), para a regulação de relações jurídicas de Direito Privado em virtude da pandemia do coronavírus (Covid-19).

Para esse efeito, considera-se 20/03/2020, data da publicação do Decreto Legislativo nº 6/2020, como termo inicial dos eventos derivados da pandemia do coronavírus (Covid-19). A suspensão da aplicação das normas mencionadas na referida Lei não implica sua revogação ou alteração.

MT

IRPF - Juros sobre restituição

[Instrução Normativa RFB nº 1.959](#) - Determina que no caso de restituição de Imposto de Renda apurada em declaração de rendimentos de pessoa física, o termo inicial do acréscimo de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) será:

a) o mês de janeiro de 1996, caso a declaração seja referente ao exercício de 1995 ou a exercícios anteriores; e

b) o mês de julho de 2020, caso a declaração seja referente ao exercício de 2020.

JUNHO

 Medida Tributária Medida Trabalhista e
Previdenciária

Data de publicação no Diário Oficial da União

09/06

 MT**Medidas de Prevenção** MTP

[Portaria PGFN nº 13.338](#) - Prorroga as medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19), considerando a classificação de pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS), no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Tal prorrogação atinge prazos, que menciona, até 30/06/2020, instauração de procedimentos e emissão de certidões.

04/06

 MT**ICMS - Não Exigência pelo Descumprimento de Compromissos Assumidos**

[Despacho Confaz nº 39](#) - Publica o Ajuste Sinief nº 13/2020 e o Convênio ICMS nº 46/2020, que dispõem sobre a emissão de nota fiscal nas operações internas com bilhetes da Lotex e a não exigência do ICMS devido ao descumprimento de compromissos vinculados a benefícios fiscais, em razão da Covid-19.

02/06

 MT**Programa Emergencial de Acesso a Crédito**

[Medida Provisória nº 975](#) - Consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), exceto as administradoras de consórcio e as instituições de pagamento, que devem observar a regulamentação emanada do Bacen, no exercício de suas atribuições legais.

JUNHO

MT Medida Tributária

MTP Medida Trabalhista e
Previdenciária

Data de publicação no Diário Oficial da União

02/06

MT

BACEN - Distribuição de Resultados e Aumento da Remuneração de Administradores

[Resolução BACEN nº 4.820](#) - Estabelece requisitos prudenciais transitórios aplicáveis às instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), com o objetivo de assegurar a solidez, a estabilidade e o regular funcionamento do Sistema Financeiro Nacional. O disposto nesta Resolução se aplica às confederações constituídas por cooperativas centrais de crédito.

01/06

MT

Medida Provisória nº 944 - Prorrogação de Vigência

MTP

[Ato CN nº 53](#) - Prorroga a Medida Provisória nº 944, que "Institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos", pelo período de 60 dias.

MT

CPF

[Instrução Normativa RFB nº 1.957](#) - Permite que os atos cadastrais de inscrição, alteração, indicação de pendência de regularização, suspensão de inscrição, regularização de situação cadastral, cancelamento de inscrição, praticados durante o período de 20 de março de 2020 a 30 de junho de 2020, sejam efetivados de ofício.

MAIO



COVID-19
PRINCIPAIS MEDIDAS
TRIBUTÁRIAS, TRABALHISTAS
E PREVIDENCIÁRIAS

MAIO



DOMINGUES E PINHO
CONTADORES

MAIO

MT

Medida Tributária

MTP

Medida Trabalhista e
Previdenciária

Data de publicação no Diário Oficial da União

29/05

MTP

Atendimento Presencial

MT

[Portaria RFB nº 936](#) - Altera a Portaria RFB nº 543/2020, que estabeleceu, em caráter temporário, regras para o atendimento presencial nas unidades de atendimento, e suspende o prazo para prática de atos processuais e os procedimentos administrativos que especifica, no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB).

15/05

MTP

Benefício de Prestação Continuada

[Lei nº 13.998](#) - Promove, dentre outras, as alterações relativas ao auxílio emergencial de R\$ 600,00 a seguir:

- a) Entre os requisitos necessários para ter direito ao benefício, foram incluídas as mães adolescentes menores de 18 anos de idade;
- b) Nas situações em que for mais vantajoso, o auxílio emergencial substituirá, temporariamente e de ofício, o benefício do Programa Bolsa Família, ainda que haja um único beneficiário no grupo familiar;
- c) Incluída a previsão de que o beneficiário do auxílio emergencial que receba, no ano-calendário de 2020, outros rendimentos tributáveis em valor superior ao valor da primeira faixa da tabela progressiva anual do Imposto de Renda Pessoa Física:
 - c.1) fica obrigado a apresentar a Declaração de Ajuste Anual relativa ao exercício de 2021; e
 - c.2) deverá acrescentar ao imposto devido o valor do referido auxílio recebido por ele ou por seus dependentes;

MAIO

 Medida Tributária Medida Trabalhista e
Previdenciária

Data de publicação no Diário Oficial da União

15/05

Cont. Benefício de Prestação Continuada – Lei nº 13.998

d) Incluída a previsão de que é vedado às instituições financeiras efetuar descontos ou compensações que impliquem a redução do valor do auxílio emergencial, a pretexto de recompor saldos negativos ou de saldar dívidas preexistentes do beneficiário, sendo válido o mesmo critério para qualquer tipo de conta bancária em que houver opção de transferência pelo beneficiário.

12/05

 MTP**RFB/PGFN - Programas de parcelamento** MT

[Portaria ME nº 201](#) - Determina que os prazos de vencimento de parcelas mensais relativas aos programas de parcelamentos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), foram prorrogados para as competências maio, junho e julho/2020.

08/05

 MT**Regime Extraordinário Fiscal, Financeiro e Contratações**

[Emenda Constitucional nº 106](#) – Altera a redação do Ato Declaratório Executivo Codac nº 14/2020, para complementar os procedimentos a serem observados para o preenchimento da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP) a cargo das empresas e equiparadas nos meses de março e abril, conforme Portaria do Ministério da Economia nº 139/2020.

MAIO

 Medida Tributária Medida Trabalhista e
Previdenciária

Data de publicação no Diário Oficial da União

07/05

 **FGTS - Parcelamento de Débito**

[Resolução CC/FGTS nº 961](#) - Estabelece regra excepcional e transitória aplicável aos empregadores com parcelamentos de débitos para com o FGTS vigentes em 22 de março de 2020. As parcelas com vencimento entre os meses de março e agosto de 2020 eventualmente inadimplidas não implicarão na rescisão automática do parcelamento nos termos deste artigo.

06/05

 **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF**

[Portaria ME nº 189](#) – Autoriza, na impossibilidade de realização de sessão de julgamento presencial no âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), o sorteio de lotes de processos para os conselheiros fora do ambiente da sessão de julgamento, sendo a gravação disponibilizada no site do Carf na *internet*.

04/05

 **Definição dos Serviços Públicos e Atividades Essenciais**

[Decreto nº 10.329](#) - Redefine os serviços públicos e as atividades essenciais durante o período de pandemia decorrente do coronavírus.

ABRIL



COVID-19
PRINCIPAIS MEDIDAS
TRIBUTÁRIAS, TRABALHISTAS
E PREVIDENCIÁRIAS

ABRIL



DOMINGUES E PINHO
CONTADORES

ABRIL

MT Medida Tributária

MTP Medida Trabalhista e
Previdenciária

Data de publicação no Diário Oficial da União

24/04

MTP

Retificação - SEPRT - Benefício Emergencial

[Portaria SEPRT nº 10.486 \(retificada em 27/04\)](#)

Disciplina as normas para o processamento e o pagamento do Benefício Emergencial (BEM) de que trata a Medida Provisória nº 936/2020, que será pago aos empregados que, durante o estado de calamidade pública decorrente do coronavírus, celebrarem acordo com os empregadores para (i) redução de jornada de trabalho/salário, por até 90 dias; ou (ii) suspensão do contrato de trabalho, por até 60 dias.

22/04

MTP

GFIP – Preenchimento

MT

[Ato Declaratório CODAC nº 15](#) – Altera a redação do Ato Declaratório Executivo Codac nº 14/2020, para complementar os procedimentos a serem observados para o preenchimento da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP) a cargo das empresas e equiparadas nos meses de março e abril, conforme Portaria do Ministério da Economia nº 139/2020.

16/04

MT

PGFN – Transação Extraordinária

[Portaria PGFN nº 9.924](#) - Estabelece as condições para transação extraordinária na cobrança da Dívida Ativa da União, em função dos efeitos da pandemia causada pelo coronavírus (COVID-19) na capacidade de geração de resultado dos devedores.

15/04

 Medida Tributária Medida Trabalhista e
Previdenciária **GFIP – Preenchimento**

[Ato Declaratório CODAC nº 14](#) – Estabelece os procedimentos a serem observados para o preenchimento da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP) a cargo das empresas e equiparadas nos meses de março e abril, conforme MP 932, MP 936 e Portaria do Ministério da Economia nº 139/2020.

 **Tributos sobre Serviços de Telecomunicações**

[Lei nº 13.988](#) – Dispõe sobre a possibilidade de os sujeitos ativo e passivo da obrigação tributária celebrarem transação, mediante concessões mútuas, com vistas à extinção de crédito tributário, com o objetivo de adequar os procedimentos, as condições e os requisitos necessários à realização da transação extraordinária no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Trata-se da conversão em lei da Medida Provisória no. 899/2019.

14/04

 **PGFN – Transação Extraordinária**

[Lei nº 13.988](#) – Dispõe sobre a possibilidade de os sujeitos ativo e passivo da obrigação tributária celebrarem transação, mediante concessões mútuas, com vistas à extinção de crédito tributário, com o objetivo de adequar os procedimentos, as condições e os requisitos necessários à realização da transação extraordinária no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Trata-se da conversão em lei da Medida Provisória nº 899/2019.

08/04

 Medida Tributária Medida Trabalhista e
Previdenciária MT

Contribuições Previdenciárias sobre Produção Rural e sobre Receita Bruta

 MTP

[Portaria ME nº 150](#) – Prorroga o prazo de recolhimento das contribuições previdenciárias na agroindústria, do empregador rural pessoa física, do empregador rural pessoa jurídica e das empresas que optaram pela desoneração da folha de pagamento, relativas às competências março e abril de 2020.

07/04

 MTP

Auxílio-doença

[Portaria Conjunta SEPRT/INSS nº 9.381](#) – Disciplina a antecipação de um salário mínimo mensal ao requerente de auxílio-doença ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e os requisitos e forma de análise do atestado médico apresentado para instruir o requerimento.

 MT

IRPF – Declaração Final de Espólio e Declaração de Saída Definitiva

[Instrução Normativa RFB nº 1.934](#) - Prorroga os prazos de entrega da:

a) Declaração Final de Espólio: o prazo para a entrega fica excepcionalmente prorrogado para 30/06/2020;

b) Declaração de Saída Definitiva: o prazo para a entrega da Declaração de Saída Definitiva do país e para o recolhimento do Imposto de Renda e dos demais créditos tributários, no caso de pessoa física residente no Brasil que se retire em caráter permanente, ou ainda na hipótese de saída em caráter temporário, fica excepcionalmente prorrogado para 30/06/2020.



[Leia artigo no nosso site](#)

04/04

 Medida Tributária Medida Trabalhista e
Previdenciária **Setor Portuário**

[Medida Provisória nº 945](#) - Estabelece medidas temporárias para o setor portuário, em virtude da pandemia da COVID-19, para garantir a preservação destas atividades consideradas essenciais.

03/04

 **PIS/Cofins e Contribuição Previdenciária**

 [Portaria ME nº 139](#) - Prorroga os prazos de recolhimento da PIS, do Cofins e da Contribuição Previdenciária Patronal.



[Leia artigo no nosso site](#)

 **Simple Nacional – Prazo de Recolhimento**

 [Resolução CGSN nº 154](#) - Prorroga os tributos apurados no âmbito do Simple Nacional, bem como dos devidos pelos microempreendedores individuais (MEI), referentes às competências 03, 04 e 05/2020.

 **DCTF e EFD-Contribuições**

 [Instrução Normativa RFB nº 1.932](#) - Prorroga o prazo para apresentação da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) e da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita (EFD-Contribuições), para as competências 02, 03 e 04/2020.



[Leia artigo no nosso site](#)

02/04

 **IOF - Alíquota**

 [Decreto nº 10.305](#) - Reduz a zero, operações de crédito e financiamentos, contratadas no período entre 03/04 e 03/07/2020, as alíquotas do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio, Seguros e Títulos ou Valores Mobiliários (IOF) previstas nos incisos I, II, III, IV, V, VI e VII do caput e no § 15 do art. 7º do Regulamento do IOF.

01/04

 Medida Tributária Medida Trabalhista e
Previdenciária MTP

Programa Emergencial de Manutenção de Emprego e Renda

 MT

[Medida Provisória nº 936](#) - Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas trabalhistas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública e da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus COVID-19.



[Leia artigo no nosso site](#)

 MT

IPI – Alíquota

[Decreto nº 10.302](#) - Reduz a zero, até 30/09/2020, as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidentes sobre os produtos classificados nos códigos relacionados no seu Anexo, conforme a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados ([TIPI](#)).

 MT

DIRPF - Exercício de 2020 - Ano-Calendarário de 2019

[Instrução Normativa RFB nº 1.930](#) - Prorroga o prazo de apresentação da Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física (DIRPF) 2020 até 30/06/2020.



[Leia artigo no nosso site](#)

 MT

PGFN - Parcelamento de Débitos para com a Fazenda Nacional

[Portaria PGFN nº 158](#) – Suspende, por 90 dias, as seguintes medidas de cobrança administrativa dos créditos das autarquias e fundações públicas federais:

- a) remessa de correspondência ao devedor para tentativa de conciliação; e
- b) apresentação a protesto de certidões de dívida ativa.

MARÇO



COVID-19
PRINCIPAIS MEDIDAS
ECONÔMICAS, TRIBUTÁRIAS
E TRABALHISTAS

MARÇO



DOMINGUES E PINHO
CONTADORES

MARÇO

 Medida Tributária

 Medida Trabalhista e
Previdenciária

Data de publicação no Diário Oficial da União

31/03

 MTP

Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social = GFIP

 MT

[Ato Declaratório Executivo Codac nº 13](#) – Define que o preenchimento da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP) por empresas com trabalhadores com apenas um vínculo empregatício, que prestam serviço para mais de um tomador e que devam ser informados em um mesmo movimento do Sistema Empresa de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (Sefip), mediante inserção dos códigos 150 ou 155, deverá ser feito da seguinte forma:

- a) inserir o código "05" no campo "Ocorrência" da tela de cadastro, para possibilitar a abertura do campo "Contribuição Descontada do Segurado"; e
- b) calcular a contribuição devida pelo trabalhador, relativa ao respectivo tomador no campo "Contribuição Descontada do Segurado", de forma progressiva, respeitando-se a Tabela de salários-de-contribuição para a Previdência Social.

 MTP

Contribuição Previdenciária – Serviços Sociais

 MT

[Medida Provisória nº 932](#) – Reduz, excepcionalmente, as alíquotas de contribuição aos serviços sociais autônomos, que são parte do chamado Sistema S. As alíquotas serão aplicadas a partir de 01/04/2020, com validade até 30/06/2020, e nos termos indicados na MP.



[Leia artigo no nosso site](#)

30/03

 MS Medida Societária MT Medida Tributária MTP Medida Trabalhista e
Previdenciária **Legislação Societária – Reuniões e Assembleias**

[Medida Provisória nº 931](#) – Permite que sociedades anônimas (abertas ou fechadas) e sociedades limitadas, cujo exercício social se encerre entre 31 de dezembro de 2019 e 31 de março de 2020, possam realizar suas assembleias gerais ordinárias ou assembleias/reuniões de sócios dentro do prazo de sete meses contado do término do seu exercício social.



[Leia artigo no nosso site](#)

26/03

 **BACEN - Declaração de Capitais Brasileiros no Exterior - CBE**

[Circular DC/BACEN nº 3.995](#) – Altera os prazos de que trata a Circular Bacen nº 3.624/2013, que estabelece períodos de entrega da declaração de Capitais Brasileiros no Exterior (CBE), da declaração anual referente à data-base de 31/12/2019 e da declaração trimestral referente à data-base de 31/03/2020. Com base na alteração ora incluída:

a) fica estendido para as 18h de 01/06/2020 o prazo final para apresentação ao Banco Central do Brasil (Bacen) da declaração anual referente à data-base de 31/12/2019 de que trata o inciso I do art. 1º da Circular Bacen nº 3.624/2013;

b) fica compreendido entre 15/06/2020 e às 18h de 15/07/2020 o período de que trata o inciso II do art. 1º da Circular Bacen nº 3.624/2013, para a declaração trimestral referente à data-base de 31/03/2020.

 **Serviços Públicos e Atividades Essenciais**

[Decreto nº 10.292](#) – Altera a Lei nº 13.979/2020 para definir os serviços públicos e as atividades essenciais, incluindo novas atividades.

26/03

 Medida Tributária Medida Trabalhista e
Previdenciária **CAMEX - Imposto de Importação**

[Resolução CAMEX nº 22](#) – Concede redução temporária da alíquota do Imposto de Importação (II), tendo por objetivo facilitar o combate à pandemia do Coronavírus (COVID-19).

Desse modo, foi alterada para 0%, até 30/09/2020, a alíquota ad valorem do II das mercadorias classificadas nos códigos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) listados no Anexo [Único](#) da Resolução Camex nº [17/2020](#). A Resolução Camex nº [22/2020](#) acrescenta os itens relacionados em seu Anexo Único.

 **PGFN - Transação Extraordinária na Cobrança da Dívida Ativa da União**

[Portaria PGFN nº 8.457](#) – Prorroga o prazo para adesão à transação extraordinária ficará aberto até a data final de vigência da Medida Provisória nº 899/2019, que dispõe sobre a transação, nos termos do art. 62, § 12, da Constituição Federal (CF/1988).

 **Simples Nacional - Prorrogação prazo de envio de declarações**

[Resolução CGSN nº 153](#) – Prorroga, excepcionalmente, para o dia 30/06/2020, o prazo para apresentação das declarações a seguir, referentes ao ano calendário 2019:

- a) Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (Defis); e
- b) Declaração Anual Simplificada para o Microempreendedor Individual (DASN-Simei).

25/03

 **CAIXA – Suspensão de Pagamento do FGTS**

[Circular CAIXA nº 893](#) – Divulga orientações acerca da suspensão temporária da exigibilidade do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), referente às competências março, abril e maio/2020 (com vencimento em abril, maio e junho/2020, respectivamente), podendo todos os empregadores, inclusive o empregador doméstico, fazer uso dessa prerrogativa, independentemente de adesão prévia.

24/03

 MT Medida Tributária MTP Medida Trabalhista e
Previdenciária **MT Prova de Regularidade Fiscal - Prorrogação do prazo de validade das Certidões Negativas de Débitos**

[Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 555](#) - Prorroga, por 90 dias, a validade das seguintes certidões, válidas em 24/03/2020:

- Certidões Negativas de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND); e
- Certidões Positivas com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CPEND).

23/03

 **MT PGFN - Parcelamento de Débitos para com a Fazenda Nacional**

[Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 541](#) - Altera a [Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 895/2019](#), que dispõe sobre os parcelamentos de que tratam os arts. 10 a 13 e 14 a 14-F da Lei nº 10.522/2002.

Os valores mínimos de parcelas, já anteriormente previstos, poderão ser aplicados até 31/12/2020 (antes o prazo previsto era 31/03/2020).

 **MTP INSS - Atendimento ao público**

[Portaria INSS nº 412](#) - Dispõe sobre a manutenção de direitos dos segurados e beneficiários do INSS em razão das medidas restritivas no atendimento ao público

Algumas medidas apresentadas na norma são: atendimento de exigências de forma remota, dispensa de exigência de apresentação de cópias autenticadas, suspensão dos prazos de exigência, suspensão de atendimento presencial até o dia 30 de abril, dentre outras.

22/03

 **MTP Medidas Trabalhistas**[Leia artigo no nosso site](#) **MT Medida Provisória nº 927** - Determina as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública, tais como a antecipação de férias individuais, a concessão de férias coletivas; o banco de horas, o teletrabalho, entre outras medidas.

20/03

 Medida Tributária Medida Trabalhista e
Previdenciária **INSS - Atendimento dos Segurados e Beneficiários**

[Portaria SEPRT/INSS nº 8.024](#) – Regulamenta, que até 30 de abril de 2020, o atendimento dos segurados e beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social, durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia do coronavírus (COVID-19), será prestado por meio dos canais de atendimento remoto.

19/03

 **INSS - Benefício de Prestação Continuada - BPC**

[Portaria MC nº 330](#) – Estabelece o **adiamento dos procedimentos** em razão do não cumprimento do cronograma de inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

18/03

 **INSS - Medidas Protetivas**

[Portaria INSS nº 375](#) – Estabelece medidas para as unidades descentralizadas do Instituto Nacional do Seguro Social quanto às medidas de proteção que devem ser adotadas no atendimento ao público para prevenção ao contágio pelo novo coronavírus (COVID-19).

O atendimento não programado nas unidades do Instituto Nacional do Seguro Social está suspenso durante o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação desta portaria. Ressaltando que deverão ser mantidos, apenas, os serviços agendados referentes ao cumprimento de exigências de requerimentos de benefícios previdenciários e assistenciais; perícias médicas previdenciárias; e avaliações e pareceres sociais dos benefícios previdenciários e assistenciais.

18/03

MT Medida Tributária

MTP Medida Trabalhista e
Previdenciária**MT PGFN - Transação Extraordinária**

[Portaria PGFN nº 7.820](#) - Estabelece as condições para transação extraordinária na cobrança da dívida ativa da União na capacidade de geração de resultado dos devedores inscritos em DAU.

Dentre as condições estabelecidas para a transação extraordinária, destacam-se:

- o pagamento de entrada correspondente a 1% do valor total dos débitos a serem transacionados, divididos em até 3 parcelas iguais e sucessivas;
- o parcelamento do valor restante em até 81 meses (o qual poderá ser de até 97 meses na hipótese de contribuinte pessoa natural, empresário individual, microempresa ou empresa de pequeno porte); e
- o diferimento do pagamento da primeira parcela do parcelamento referido no item “ii” para o último dia útil do mês de junho de 2020.

MT PGFN - Medidas temporárias

[Portaria PGFN nº 7.821](#) – Suspende prazos e exigências devido ao coronavírus (COVID-19), no âmbito da Dívida Ativa da União.

A norma suspendeu por 90 dias os prazos em curso a partir do dia 16 de março de 2020 ou que se iniciaram naquela data especificamente para os seguintes procedimentos e recursos:

- impugnação e recurso de decisão proferida no âmbito do Procedimento Administrativo de Reconhecimento de Responsabilidade – PARR, previstos nos arts. 3º e 6º da [Portaria PGFN nº 948/2017](#);
- apresentação de manifestação de inconformidade e recurso contra a decisão que a apreciar no âmbito do processo de exclusão do Programa Especial de Regularização Tributária – Pert, previstos no art. 18 da [Portaria PGFN nº 690/ 2017](#);
- oferta antecipada de garantia em execução fiscal, apresentação de Pedido de Revisão de Dívida Inscrita – PRDI e para recurso contra a decisão que o indeferir, previstos no art. 6º, inciso II, e no art. 20 da [Portaria PGFN nº 33/2018](#).

18/03

 Medida Tributária Medida Trabalhista e
Previdenciária **CAMEX - Tributos e Contribuições Federais - Imposto de Importação**

[Resolução CAMEX nº 17](#) – Concede redução temporária da alíquota do Imposto de Importação. A norma altera para zero por cento, até o dia 30 de setembro de 2020, a alíquota *ad valorem* do Imposto de Importação das mercadorias classificadas nos códigos da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM listados no Anexo I desta Resolução.

 **Ministério da Economia - Cobrança da Dívida Ativa da União**
[Portaria ME nº 103](#) – Dispõe sobre medidas relacionadas aos atos de cobrança da dívida ativa da União, incluindo suspensão, prorrogação e diferimento.

Dentre as medidas, destacamos:

i. suspensão, por até 90 dias de:

- a) prazos de defesa dos contribuintes nos processos administrativos de cobrança da dívida ativa da União;
- b) encaminhamento de Certidões de Dívida Ativa para protesto extrajudicial;
- c) instauração de novos procedimentos de cobrança e responsabilização de contribuintes;
- d) procedimentos de rescisão de parcelamentos por inadimplência;

ii. oferecimento de proposta de transação por adesão referente a débitos inscritos em dívida ativa da União, mediante pagamento de entrada de, no mínimo, 1% (um por cento) do valor total da dívida, com diferimento de pagamento das demais parcelas por 90 dias, observando-se o prazo máximo de até 84 meses ou de até 100 meses para pessoas naturais, microempresas ou empresas de pequeno porte, bem como as demais condições e limites estabelecidos na [Medida Provisória nº 899/2019](#).

18/03

 Medida Tributária Medida Trabalhista e
Previdenciária **Simples Nacional - Prazo para Pagamento**

[Resolução CGSN nº 152/2020](#) – Prorroga o prazo para pagamento dos tributos federais no âmbito do Simples Nacional, bem como a parcela relativa à contribuição previdenciária do empresário, na qualidade de contribuinte individual, devida pelos Microempreendedores Individuais (MEI), conforme calendário apresentado na norma.

17/03

 **INSS - Medidas Protetivas**

[Portaria INSS nº 373](#) – Estabelece orientações quanto às medidas protetivas, no âmbito do INSS.

A portaria interrompe por até 120 (cento e vinte) dias as rotinas de atualização e manutenção de benefícios, tais como bloqueio de benefício por falta de comprovação de vida, suspensão de benefício por falta de documentos e informações, e dentre outros.

 **Início das medidas**



DOMINGUES E PINHO CONTADORES

A **Domingues e Pinho Contadores**, fundada em 1984, é referência no segmento de **outsourcing contábil e gestão empresarial**.

Priorizando sempre um atendimento de qualidade, a DPC conta com a expertise de mais de 550 profissionais sempre atualizados com as últimas alterações na legislação, conferindo total **controle, segurança e agilidade** na prestação dos serviços.

Parceiros:



Fale conosco

Entre em contato pelo e-mail

dpc@dpc.com.br

ou acesse:

www.dpc.com.br

Siga-nos no 